

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.255 - GO (2019/0209413-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : IRACI ROSA DA CUNHA EIRELI
ADVOGADOS : VALDIVINO CLARINDO LIMA - GO012194
MARTA ARAÚJO LEITE - GO023681
AGRAVADO : SANDRA DE BRITO SALGADO
ADVOGADO : CLEIDE GERALDA NUNES E OUTRO(S) - GO030994

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO INDENIZATÓRIA. QUEDA DE CLIENTE NO INTERIOR DE LOJA. DEFICÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DA INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. NÃO COMPROVAÇÃO. *QUANTUM*. PROPORCIONALIDADE DO VALOR FIXADO NA ORIGEM. REEXAME DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 7 DO STJ E 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

SANDRA DE BRITO SALGADO (SANDRA) ajuizou ação indenizatória contra a IRACI ROSA DA CUNHA EIRELI (IRACI), pleiteando reparação por danos decorrentes de acidente ocorrido no interior da loja pertencente à ré.

O juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a IRACI ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, bem como fixando os honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

O Tribunal de origem, por sua vez, deu parcial provimento aos apelos interpostos pelas partes em acórdão assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. QUEDA EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS. COMPROVADOS. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM. MANUTENÇÃO. LUCROS CESSANTES. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. SENTENÇA MANTIDA.

Superior Tribunal de Justiça

1. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (CDC, art. 14), eximindo-se da responsabilidade somente no caso de culpa exclusiva da vítima ou de terceiro (CDC, artigo 14, §3º), o que não se verificou no caso em análise.

2. Comprovado o defeito no serviço (desídia da empresa em destacar o piso escorregadio), o evento danoso (escorregão e queda de pessoa) e o nexo causal, resta aperfeiçoada a responsabilidade de reparar os danos materiais e morais causados à consumidora.

3. Não merece censura a sentença objurgada quantos aos valores dos danos materiais (danos emergentes), visto que está de acordo com a comprovação das despesas efetuadas em razão do acidente acontecido nas dependências da empresa apelante.

4. O valor fixado na sentença a título de dano moral, mostra-se suficiente e adequado, uma vez que é proporcional e razoável para compensar os transtornos sofridos pela recorrida.

5. Inexiste interesse recursal quando a parte pleiteia providência que já lhe foi concedida na origem.

6. Com a manutenção da sentença, resta inalterado o ônus sucumbencial nela estipulado, uma vez que observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como a legislação então vigente.

7. De acordo com o art. 85, §11, do CPC, ao julgar o recurso, o Tribunal deve majorar os honorários advocatícios fixados anteriormente, devendo ser observado, na espécie, a ressalva prevista no artigo 98, § 3º, do CPC (ré beneficiária da gratuidade da justiça).

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA (e-STJ, fls. 330/331).

Irresignada, a IRACI interpôs recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, em que apontaram a violação dos arts. 186 do CC/02 e 944 do CC/02, sustentando, em síntese, 1) a ausência de culpa; 2) a culpa exclusiva da vítima; 3) a impossibilidade de cumulação das indenizações; 4) o valor exorbitante da indenização fixada a título de danos morais; e 5) a necessidade de redução da verba honorária.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência da Súmula nº 7 do STJ.

IRACI, então, interpôs o presente agravo impugnando a incidência do aludido óbice sumular.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 416/429).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De início, verifica-se que, em relação à impossibilidade de cumulação das indenizações e a necessidade de redução da verba honorária, a IRACI deixou de particularizar os dispositivos legais supostamente violados, o que atrai, nesse particular, a incidência da Súmula nº 284 do STF.

A par disso, observa-se que o acórdão recorrido concluiu, após sopesar as provas produzidas nos autos, pela existência dos pressupostos do dever de indenizar no caso concreto.

De fato, o Tribunal goiano destacou a existência de prova da desídia da empresa ao deixar de alertar seus consumidores sobre as condições do piso da loja (defeito na prestação do serviço/ culpa da fornecedora), a confirmação do escorregão da autora e da sua queda (dano indenizável), bem como do nexo causal entre o acidente e a conduta desidiosa.

Nesse contexto, a pretensão recursal esbarra nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, não se vislumbrando, no caso, conforme bem destacado pela decisão agravada, nenhuma questão federal a ser dirimida no âmbito deste STJ.

Quanto ao valor da indenização, de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, *somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão* (AgInt no AREsp nº 533.370/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 17/12/2018).

No caso concreto, o acórdão concluiu pela adequação do valor fixado em sentença, avaliando, inclusive, as condições pessoais e financeiras das partes e o grau de ofensa moral, de forma a homenagear os parâmetros de proporcionalidade e razoabilidade estabelecidos pela jurisprudência deste STJ.

Logo, não se vislumbrando, na hipótese vertente, nenhum motivo que justifique a intervenção excepcional desta Corte, o apelo nobre, também neste ponto, esbarra nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, pois rever a conclusão a que chegou o acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos,

Superior Tribunal de Justiça

procedimento vedado em sede de recurso especial.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5%, nos termos do art. 85, §11, do NCPC, os honorários advocatícios fixados em desfavor da IRACI, observando-se, no caso, a condição suspensiva decorrente da concessão da assistência judiciária gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

